

CÂMARA MUNICIPAL DE MOSTARDAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

INDICAÇÃO

Autor: Jorge Amaro - PSDB

Encaminhamento: Poder Executivo

Data: 17/02/2025 Hora: 15:24

EXPEDIENTE N.º 037/2025 Recebido por: Josélia Arago

Exmo. S.º Júnior Pereira DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Mostardas/RS

O vereador que abaixo subscreve, vem nesta oportunidade solicitar que após ser discutido em Plenário, seja enviado ao Poder Executivo à seguinte INDICAÇÃO:

Que o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal de Educação, possa estar resolução específica elaborando regulamente a flexibilização da carga horária de estudantes com deficiência nas escolas municipais, garantindo que a medida seja adotada em consonância com necessidades individuais de cada aluno e com a participação dos seguintes atores: Famílias: Equipe diretiva da escola; Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE); Professor regente da sala de aula e; Equipe de atendimento clínico-médico e demais terapias envolvidas.

JUSTIFICATIVA

A flexibilização da carga horária, quando utilizada, deve ter como premissa básica a necessidade de garantir a qualidade do aprendizado dos estudantes com deficiência, respeitando suas condições individuais e garantindo sua permanência na escola regular, conforme preveem as legislações vigentes:

- Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Lei nº 13.146/2015 Assegura e promove a igualdade de direitos e liberdades para pessoas com deficiência, visando à inclusão social e cidadania.
- Constituição Federal de 1988 Garante a educação a educação inclusiva com igualdade de oportunidades.



- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) -Prevê a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo o direito à educação inclusiva.
- Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Documento internacional ratificado pelo Brasil, que estabelece princípios de igualdade e não discriminação para pessoas com deficiência.

Dessa forma, a regulamentação da flexibilização da carga horária irá garantir maior segurança jurídica e educacional para estudantes, suas famílias e profissionais da educação, promovendo o direito à educação de maneira equitativa e inclusiva.

Mostardas, 17 de fevereiro de 2025.

JORGE AMARO Vereador – PSDB